

A análise dos discursos sábios: algumas considerações teóricas e metodológicas

FREDERICO PEREIRA (*)

A) 1) Caracterizam-se os discursos teóricos pela presença, em seus lugares centrais, de unidades com forte potencial organizador, cuja reprodução é essencial para a sua sobrevivência. A natureza destas unidades, o seu papel, são variáveis, consoante o saber que subtendem. *Conceitos*, nas ciências ditas exactas, resultam de um trabalho *materializado* na *experiência* ou manifestado pelo raciocínio matemático; em permanente explicitação, pelo próprio movimento da teoria, permitem pensar o real, organizando-o. *Noções*, em discursos pré ou não-científicos têm um baixo grau de explicitação — embora adoptem por vezes a *forma*, o *estilo* e a aparente dignidade das unidades científicas, aumentando assim a eficácia da sua transmissão social. Unidades estas que se tomou o hábito de designar por *ideológicas* (A. Badiou: *Le Concept de Modèle*, Paris, Maspero).

A diferenciação entre as referidas unidades discursivas, à primeira vista desinteressante em saberes estabelecidos, toma particular relevo no domínio das ciências sociais — e da Psicologia, em particular — onde a proliferação de *pontos de vista* é notória — cada um deles, normalmente, encarregando-se, a seu modo, de desdialiectizar o real, quer por uma *espacialização reifi-*

cante (J. Gabel: *La Reification*, Paris, Univ. de Paris), quer por uma *temporalização ilusória ou ilusão de pura totalização* (J. Paulham: *Entretiens sur des Faits Divers*, Paris).

Ora parece que muitas discussões acerca do par Ciência/Ideologia, e acerca da *cientificidade* de uma maneira geral, enfermam de uma viciação de raiz, a qual consiste em pensar que o grau de cientificidade de um discurso se pode analisar pelo estudo do nível da sua adequação ao real⁽¹⁾, ou em acreditar que uma análise fina no plano de estrutura ou do método é suficiente para determinar se tal ou tal Saber merece o qualificativo de científico.

(1) Ilusão realista e a-dialéctica; a *matéria* da ciência é composta de *idealidades* que constituem as suas categorias. Uma leitura, mesmo que rápida de *O Capital*, por exemplo, serviria para o demonstrar, pois tal obra repousa em *hipóteses simplificadoras*, necessárias todavia para vencer descrições superficiais. Estas hipóteses simplificadoras não são realidades, como demonstra o seguinte exemplo: «Há aqui duas classes em presença: a classe operária, que dispõe unicamente da sua força de trabalho, e a classe capitalista, que possui o monopólio dos meios de produção sociais e do dinheiro...» (*O Capital*, II, 2, 73.) Outras se encontrariam. Para uma análise detalhada das *hipóteses simplificadoras* em *O Capital*, V. «Les structures de la Methode du Capital de Karl Marx», in: M. Godelier: *Rationalité et Irrationalité en Economie*, II, Fr. Maspero, Paris.

(*) Professor no I. S. P. A. e no I. N. A.

Contrariamente a estas ideias, é possível pensar que mais útil será examinar os discursos e o seu *processo formativo*, deixando à própria *praxis* científica e social o labor de determinar a cientificidade dos discursos ou pelo contrário a sua proximidade com a esfera da falsa consciência. O que é o mesmo que afirmar que uma epistemologia das *ciências sociais e humanas* terá uma *vocação histórica* — se é que de coisa diferente da história das noções científicas se trata.

2) Mas se a epistemologia das ciências sociais e humanas não aparece, aqui, como *Ciência das ciências*, mas sobretudo como História das Ciências, ela enfrenta também — e desde logo — o problema do seu próprio rigor. Como poderá este ser garantido? Questão infantil, sem dúvida, mas que merece ser examinada, pois aqui, como noutras regiões do Saber, várias dificuldades se levantam.

Garantir-se-á esse rigor pela precisão e exigência metodológicas? Se se respondesse afirmativamente, logo se enfrentaria um primeiro obstáculo: é que o Método, pelo menos classicamente, é considerado como não podendo definir-se senão pelo seu próprio exercício. (Ao que pode acrescentar-se outro aspecto, sintetizado por Godelier, no que respeita a *O Capital: o método de O Capital não é o modo de descoberta, mas o modo de apresentação*; e também a afirmação do próprio Marx: «O processo de exposição deve distinguir-se formalmente do processo de investigação. A Investigação deverá apropriar-se a matéria em todos os seus detalhes, analisar as diversas formas de desenvolvimento e descobrir os seus laços íntimos. Uma vez esta tarefa realizada, e só então, o movimento real pode ser exposto no seu conjunto». Ou seja: o método *enquanto processo de investigação é-nada* sem a reorganização global de todo o material no momento da exposição. *A ordem do real ou a ordenação do sujeito ao real não é a mesma que a ordem categorial pela qual o real de*

ciência advém). A reflexão metodológica seria então: banalidade — ou vaidade. Tal é, de resto, a posição comtiana. Não deixa porém de ser verdade que qualquer investigação implica, senão um método reflectido, pelo menos um *saber fazer* metodológico. Diante do «facto», a pesquisa define um *trabalho*, cujo caminhar é, em parte, determinado previamente, pelo menos no estado prático. O Método, assim, em certos ramos do Saber, corresponderia à explicitação dos princípios e dos caminhos mais aptos a apreender o movimento real, prático, da própria investigação. Claro que a garantia de rigor não está no trabalho de explicitação, mas no trabalho de elucidação do real e na validade interna e externa dos seus princípios — de início silenciosos. Tal explicitação, possível e realizada em formas de actividade científica marcadas, por exemplo, pela experimentação, tem todavia fracas dimensões noutras regiões do saber, como é o caso, segundo parece, na história das ideias (científicas). Neste caso, seria quase vão procurar individualizar procedimentos positivos indutores de rigor — sendo, pelo contrário, com alguma tonalidade bachelardiana, necessário partir de uma crítica do Método — criticando a noção de Objecto —, pois parece ser de tal movimento crítico que poderá nascer uma «atitude metodológica» útil porque marcada pelo selo do *negativo*.

3) Esta visão crítica da reflexão sobre o Método passa, em primeiro lugar, por uma rápida discussão do que alguns (Bourdieu, Passeron, Chamboredon: *Le Métier de Sociologue*, Paris, Mouton), chamam «Decálogos do Método» — abundantes nas ciências sociais e nomeadamente na Psicologia.

Em nenhuma Ciência, mas sobretudo nos saberes jovens, os movimentos do pensamento se podem reduzir a um *sistema de técnicas* cuja finalidade essencial seria a ultrapassagem do *senso comum*, a intuição e a imediatez. Primeiro, porque nem sempre de ultrapassar o senso comum se trata.

(«Para mim, nunca presumi que o meu espírito fosse em nada mais perfeito que o do comum» — Descartes: *Discurso do Método*.) Depois, e fundamentalmente, porque a transfiguração da questão metodológica em questão tecnológica escamoteia o problema do método propriamente dito — que é o da *escolha das técnicas* de investigação — escolha que, para se operar eficazmente, exige a referência à significação epistemológica do tratamento que as técnicas realizam sobre o objecto. Como diz Bourdieu (Bourdieu et al., *op. cit.*) «a mania metodológica permite muitas vezes não a economia de pensamento que todo o método torna possível, mas a economia de pensamento sobre o método». É que o Método não se reduz a um conjunto de técnicas: mais e outra coisa, ele só existe integrado num campo mais vasto onde a vigilância epistemológica e o *primado teórico* desempenham o papel dominante.

B) O Método — e toda a Teoria do Método — supõem, portanto, uma teoria do conhecimento.

1) O registo e a questão

A concepção clássica da *objectividade* e do Objecto leva a pensar a *démarche* científica como um *registo progressivo, cumulativo e passivo* do que, *na realidade*, se produz ao nível do *real*. A afirmação da radical exterioridade do pensamento e das coisas conduz portanto a prolongar esta ideia primária segundo a qual o único, ou o mais importante, critério de verdade é a *visão concreta e imediata*. O pensamento registaria objectivamente aquilo de que é feito o objecto. Abdicação teórica que faz pensar que o grande problema da ciência é o das técnicas de aperfeiçoamento da *visão*; recuo do método face à *tecnologia do Saber*, também. Não estará esta temática no centro de uma filosofia do conhecimento que faz da Verdade o essencial da marcha científica —

confundindo assim o par movimento do Saber/*démarche* científica com a Ciência acabada? Pensamos que sim.

Mas a abdicação empirista de que aqui se trata não leva só a crer na possibilidade de um registo neutro; ela coloca como princípio de base a neutralidade das questões dirigidas ao objecto. Daí, por exemplo, que parte do saber psicológico incida na *maneira de bem questionar* — na maneira de criar uma tensão que conduziria inevitavelmente uma resposta-verdade por parte do próprio objecto. Resposta não problemática mas evidente, espessa talvez, mas luminosa — e, se necessário for, para aumentar mais ainda a clareza (da resposta, do objecto) utilizar-se-ão novas *técnicas* que, assegurando ao *expert* a «objectividade», o fazem perder de vista o próprio objecto.

2) Transparência e opacidade

O princípio do imediatismo e da evidência, o fundamento da ingenuidade possível do registo e da questão, residem na mais geral *ilusão da transparência*. (À qual se opõe o princípio da opacidade do objecto a si mesmo e ao sujeito do saber.)

A intenção crítica do Método toma assim uma dupla função: *negativa* — desarticulando uma ideologia da passividade (e da submissão da ciência ao senso do bom senso sábio); *positiva* — elaborando um sistema articulado de *vigilância teórica*, capaz de assegurar a «progressividade» do Saber e de romper os obstáculos epistemológicos que surgem a todo o momento, em particular ao nível da *linguagem*.

Regressando agora à dimensão do objecto, diremos que ele é *opaco e mudo*; que as suas respostas, *induzidas pelo questionar*, são em parte determinadas pelas questões que as suscitam; que a crença na Verdade da resposta do objecto é ilusória — pois ela nada mais diz que aquilo que se lhe faz dizer. A construção científica — especialmente em

ciências humanas — é uma construção *transaccional* e puramente transaccional. Queda, aqui, num *radicalismo relativista*? É o que resta apurar — mas desde já se vê que *tais afirmações colocam no primeiro plano as operações do Sujeito*. É, de resto, um pouco nesta direcção que parece pender o racionalismo aplicado de G. Bachelard, por exemplo: «a experiência científica é... uma razão confirmada»; «a necessidade da experiência é apreendida pela teoria antes de ser descoberta pela observação»; «o vector epistemológico vai certamente do racional ao real e não o inverso»⁽²⁾, e isto mesmo que realismo e racionalismo se aconselhem sem fim mutuamente. (G. Bachelard: *Le Nouvel Esprit Scientifique*, Paris, P.U.F.). Resta acrescentar que qualquer teoria do Sujeito — ou mais simplesmente, que o facto de se colocar no primeiro plano as operações do sujeito — não exclui, antes implica, uma reflexão sobre o objecto — tratando-se, neste contexto, não de uma hierarquização de dignidades ou de origens (o que permitiria qualificar as anteriores afirmações de idealistas), mas sim de uma questão de polarização epistemológica. (Encontra-se, de resto, alguma proximidade entre esta polarização e a própria visão piagetiana do conhecimento, sendo a separação entre aspectos físicos e aspectos lógico-matemáticos apenas de ordem expositiva e não da dimensão do real. Não derivam os aspectos físicos do conhecimento dos aspectos lógico-matemáticos,

(2) O que nos recorda esta afirmação de J. P. Sartre: «Os psicólogos não se dão conta de que é tão impossível atingir a essência acumulando acidentes, quanto chegar à unidade acrescentando indefinidamente algarismos à direita de 0,99. Se não têm outro fim senão acumular conhecimentos de detalhe, nada há a objectar-lhes; simplesmente, não se vê o interesse destes trabalhos de coleccionador. Mas se estão animados... da esperança louvável em si de que se realizará mais tarde, com base nas suas monografias, uma síntese antropológica, então estão em plena contradição consigo próprios (J. P. Sartre: «Esquisse d'une Théorie des Emotions», 10, Hermann, Paris).

evidentemente, mas, na *construção do sujeito* — e portanto da sua relação ao mundo — manifesta-se o *primado* dos segundos. No que, como se sabe, Piaget — tal como Bachelard — se separa do empirismo e do racionalismo kantiano. E a tensão entre o pólo subjectivo e o pólo objectal faz que toda a reflexão sobre o sujeito seja, em simultâneo, uma meditação sobre o objecto).

É pela polarização nas actividades do sujeito que uma teoria do objecto se torna possível. Desta teoria são conhecidos os eixos principais: mesmo as operações mais elementares, mesmo o mais automático tratamento de informação, ou a mais simples questão, implicam escolhas epistemológicas — que atingem desde logo o objecto, o concreto-pensado de qualquer saber, e o universo da prática. As elaborações metodológicas encontram aqui uma barreira que impede a derivação do seu centro de gravidade para a infinita interrogação sobre as *técnicas de apreensão do «real»*. E se o «real» em causa for ele próprio já um Saber, a sua análise descobre, assim, também, conselhos que se revelam decisivos: *não se trata de estudar o rigor formal dos seus métodos e teorias, mas sobretudo de o interrogar em ordem a determinar o que estas teorias e métodos fazem aos objectos e que objectos fazem.*

Acrescente-se que definir o Objecto do Saber como objecto construído é ainda considerá-lo como *síntese de múltiplas determinações, unidade de diversidades*: o objecto surge como resultado e não como ponto de partida. O que tem uma primeira onsequência: o rigor analítico e formal dos conceitos ditos operatórios torna-se insuficiente — não se aproximem eles das pré-noções? — sendo necessário opor-lhes o rigor sintético dos conceitos de tipo sistémico — que supõem a referência permanente ao sistema completo das suas inter-relações. O conceito define-se, assim, não pela sua relação ao «real», mas sobretudo pelo seu modo de determinação, de formação, e pelas relações

que realiza no interior do corpo a que pertence.

Sendo assim, para uma história dos saberes com aspirações epistemológicas, o núcleo da problemática não reside na análise da sua adequação ao «real», mas na procura dos seus modos de determinação e na análise do movimento dos seus conceitos e objectos.

3) A vigilância e a linguagem

É claro que a afirmação do primado da Razão sobre a Experiência implica também uma crítica da linguagem. Esquematicamente, a importância de tal crítica é visível na fórmula de Brunswick: «herança de palavras, herança de ideias». Ideia antiga, na sua generalidade, pois já Bacon dizia que «julgamos governar as palavras quando são elas que nos governam e nos mergulham nas ilusões das suas falsas aparências». Ideia desenvolvida por Herder, continuada por Humboldt, sistematizada por L. Wisberger — embora a um nível mais específico, o da participação da língua nos sistemas de representação colectiva. A linguagem não é um instrumento passivo, mas pelo contrário, um agente de produção de representações, na constituição de objecto do Saber assim como nas operações do seu Sujeito. Daí a necessidade de proceder, em paralelo com a própria investigação, a uma prática crítica da linguagem, crítica lógica e lexicológica. Só uma tal crítica — dizem ainda Bourdieu, Passeron e Chamboredon — pode trazer à luz do dia as falsas problemáticas e as categorias falaciosas que a linguagem veicula e que ameaçam sempre introduzir-se como *travestis* sábios na língua mais formalizada.

Destas curtas e sem dúvida esquemáticas observações, duas conclusões muito gerais se podem extrair: 1.º — a descoberta científica e o movimento dos saberes não se reduzem a uma «leitura do real» — mas pelo contrário, dele pressupõem o afastamento

(ruptura com o real imediato e com as configurações perceptivas que ele oferece); 2.º — esta ruptura não se pode realizar só — nem essencialmente — com a ajuda de «técnicas de ruptura», pois as técnicas são cegas e insuficientes para assegurar a coerência do conhecimento científico (3).

C) Alguns axiomas

1.º — A epistemologia é uma reflexão sobre a ciência em vias de se fazer. Postulado que tomará toda a sua significação no momento em que a concepção arqueológica da análise de discursos for discutida. A sua situação é central no campo do Racionalismo Aplicado — que se coloca entre os poderes de rectificação da experiência e as capacidades de ruptura das teorias.

2.º — O erro tem o primado teórico, e não a Verdade. Como dizia Bachelard, a verdade só tem o seu pleno sentido no termo de uma polémica. Não há verdade primeira, apenas erros primeiros (4).

3.º — Depreciação da intuição — vertente negativa de uma crítica cuja vertente posi-

(3) Em Marx, por exemplo, o recurso à matemática como instrumento é a este respeito elucido: as hipóteses avançadas por Marx, relativas a certas *relações funcionais* entre elementos económicos, *permite* a construção de um cálculo matemático. A teoria económica de Marx parece desembocar necessariamente na construção de modelos matemáticos que substituem a análise conceptual pela análise matemática. «Mas é a análise conceptual que fornece a definição de estruturas» (V. M. Godelier, *op. cit.* II). Visivelmente, não toma muito psicologia tais cuidados, descobrindo «objectos» a partir da aplicação de instrumentos.

(4) A afirmação do primado do erro, cujas consequências não podem aqui ser devidamente analisadas, desemboca na subversão dos discursos do método mais ou menos tradicionais, pois põe radicalmente em causa a identificação entre Método e Lógica reconstruída. O verdadeiro método aparece, com efeito, como uma lógica em acto, e não como uma organização abstracta, *a posteriori*, das operações realizadas.

tiva é a afirmação do carácter construído do objecto científico.

4.º — Posição do objecto como perspectiva de ideias: afirmação de uma polarização revolucionária relativamente ao materialismo simplista. Polarização móvel, polémica, que vai da Razão ao Real, para o organizar e não para o receber, para o criticar e não para o aceitar — mas que não recusa ao real de ciência um papel igualmente crítico. (V. G. Canguilhem: «Sur une épistémologie concordataire», in *Hommage à Bachelard*, Paris, P. U. F.).

D) *Problemas de Método*

Reafirma-se o princípio de que as questões de método não podem ser separadas das questões levantadas pela teoria do conhecimento. Procurou-se assim examinar alguns problemas essencialmente teóricos — parecendo necessário agora discutir algumas questões metodológicas.

Porém, dado que nos situamos a nível da análise de discursos, é a este nível que se situarão os problemas metodológicos a seguir examinados. Problemas que se relacionam, em primeiro lugar, com a *teoria do comentário* e com a *teoria da leitura*.

1) *O que é comentar?*

A elaboração progressiva de uma teoria do comentário, de início em *estado prático* (M. Foucault: *Histoire de la Folie*, por ex.), e depois mais amplamente delineada, em *Archéologie du Savoir* (M. Foucault: *Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard), não está apesar de tudo acabada.

Assiste-se a flutuações, movimentos de reorganização, cuja finalidade essencial e permanente é a de construir a possibilidade da *inteligibilidade do documento*, de ultrapassar a intenção clássica de «escutar» o documento como um ser falador que de si

mesmo daria a sua própria verdade. A teoria do comentário tem também, como se sabe, uma intenção crítica. É o que explica algumas oscilações, alguns excessos — apesar e para além dos quais se mantém presente uma mesma interrogação: — *comentar, o que é?* É analisar o grau de verdade do documento, adoptando a *démarche* clássica da comparação? É descodificar simplesmente o material, com o auxílio de grelhas mais ou menos sofisticadas, para nele encontrar uma palavra acessível que, de início, se escondia por detrás de uma forma desconhecida? O pensamento histórico clássico, a estas questões, responderia afirmativamente. O documento seria um *depósito mnésico*, e o problema consistiria em averiguar se tal memória é correcta ou não, se ela é memória de uma consciência clara ou obnubilada.

Esta temática do documento que fala, esta ideia que por detrás do documento há um sujeito que age, articula-se com esta outra mais geral: a ideia do contínuo, a ideia de que os conceitos, as noções, têm, como tudo, um crescimento. Pensamento histórico, que, como nota H. Lefebvre, restringe o desenvolvimento ao crescimento, o diferencial ao original. Como? Estabelecendo uma determinação contínua a partir de um início fundamental. Como diz ainda H. Lefebvre, «o pensamento histórico coloca, por detrás das diferenças, uma representação unitária que as resolve e dissolve umas nas outras: o Tempo Histórico». Nestas condições, como tratar o documento? Reenviado-o a uma realidade ausente que é necessário descobrir, e cuja especificidade fundamental é a da sua génese. O que obrigaria a uma perpétua marcha regressiva até um imaginário ponto de reabsorção total — havendo, como resultado, a incapacidade de apreender o objecto na sua especificidade.

Ora, o que é necessário afirmar desde o início, é a especificidade do fenómeno para que, *uma vez esta atingida*, se possa atingir o seu processo genealógico. Mas esta especificidade — como a apreciar? Exercendo so-

bre o documento o acto de comentar. Voltamos de novo à questão: o que é comentar?

Em primeiro lugar, como diz M. Foucault, é admitir um excesso do significado sobre o significante. É admitir que o que se diz não é nunca inteiramente o que *se* queria ter dito. Primeira condição do comentário, sem a qual nada haveria a comentar.

Mas o não-dito? Necessário se torna admitir que ele está no próprio documento, ao nível do significante, definindo-se então potencialidades de significação virtual. Como mostra ainda M. Foucault, *o significado não se desvenda senão no mundo visível e pesado de um significante que não domina.*

A primeira condição do comentário consiste portanto em não sair do nível que o próprio documento define. E o primeiro passo a dar consiste na análise da estrutura do documento, das formas de enunciação que nele estão presentes, das redes de articulação que definem um feixe de relações codificadas — uma sistematicidade. Pode-se fazê-lo pondo no primeiro plano a temática do contínuo? Parece que não. É, pelo contrário, afirmando a ruptura entre os «momentos» de construção de um discurso, que se poderá inventariar a especificidade destes momentos — condição de qualquer análise sistemática.

Esta noção de ruptura terá alguma coisa a ver com as rupturas operadas pelo conhecimento científico no seu desenvolvimento? Sim e não. Não, na medida em que as rupturas que aqui se referem são simplesmente uma *condição de método*, uma condição do trabalho de pesquisa, enquanto as rupturas do pensamento científico de que falava Bachelard são reorganizações globais do pensamento. Sim, na medida em que as primeiras são condição metodológica de averiguação das segundas.

Mas da ruptura que *corta* é necessário chegar à ruptura que *articula*. A análise genética clássica poderá assim ser vencida por uma análise genealógica — com vocação sintética — se não honver recusa brutal em

passar por uma indagação das estruturas. Acrescente-se, porém, que não podemos fechar-nos num círculo estrutural rígido, à maneira de M. Foucault, o que interdiria que se pensasse o processo de construção, a questão do desenvolvimento — acabando-se por restringir o espaço da análise ao discurso, o universo da teoria (que afirma a construtividade) ao universo do método (que afirma a discontinuidade).

2) A leitura sintomal

O princípio desta «maneira de ler», enunciado por L. Althusser, manifesta-se já na questão, de aparência ingênua (ou insólita), mas de facto carregada de sentido: «o que é ler?». Ler é escutar uma palavra escrita. Banalidade sem consequências. Porém, sabe-se, como indica o próprio Althusser, evocando Freud, que «escutar, e portanto falar (e guardar o silêncio) *quer dizer*, e que este *querer dizer* do falar e do escutar descobre, sob a inocência das palavras e da escuta, a profundidade... de um segundo, inteiramente outro discurso...». A leitura não é portanto uma simples recepção da informação, ela não é o simples culminar desta actividade elementar que traz a um receptor, através de um canal, o que o emissor comunica. É mais e outra coisa. É que nessa simples actividade existem sistematicamente *ruídos* que perturbam a comunicação e transfiguram os seus conteúdos. De que ruídos se trata, no terreno que é o nosso? De interferências provocadas pela acção infatigável de outros discursos (o do inconsciente, sem dúvida, mas também, e sobretudo no caso que nos ocupa, o das ideologias, das instituições, etc.). O que produzem estes «ruídos», estas «interferências»? Erros de visão, *lapsos*. Onde? No sujeito que escreve e no sujeito que lê. Mas o que determina, assim, tais lapsos? O que é que produz, em última instância, a partilha entre o visível e o invisível? Não tanto o estádio evolutivo

do conhecimento; ainda menos o aparato técnico de que o Olhar se pode armar; menos ainda a capacidade do sábio ou o engenho do investigador. O Discurso que em última instância determina o Visível e constitui o Invisível é o *discurso plural do próprio campo teórico em que o Olhar se exerce*; o que determina os limites do visível e do invisível são finalmente as *posições* que um problema pode ocupar num campo do Saber determinado⁽⁵⁾. Enfim, acrescente-se, para melhor especificar esta dicotomia Visível/Invisível, que o Invisível não é o que não é visto, mas o que sendo visto, não é integrado na visão ela própria: o erro do Olhar respeita à Visão, não ao «objecto»⁽⁶⁾ (Cf. L. Althusser: *Lire Le Capital*, Fr. Maspero).

A concepção althusseriana da leitura sintomal fornece-nos portanto preciosas indicações de método: a cada discurso é necessário atribuir as suas faltas, as suas ausências, e estabelecer as razões de tais faltas procurando-as no Discurso sem sujeito que é a problemática e o campo teórico em jogo.

E) Os movimentos da análise

1) Não chega definir aspectos destes movimentos (comentário, leitura e sintoma, etc.): deve-se ainda repensar aquilo sobre que eles se exercem. Para tanto, o primeiro

(5) Assim, por exemplo, o que faz a especificidade da obra de Pinel é o facto de ele integrar, *ab initio*, as suas reflexões no quadro de uma antropologia vitalista — ao contrário de um Colombier que as integrava no terreno de um *saber-fazer* tendo como finalidade a rentabilidade terapêutica imediata; análises deste tipo se poderiam também aplicar ao diálogo Freud/Janet, etc.

(6) Exemplo espectacular: Luigi di Mondini, no século XIV, introduz a excisão no cadáver, enquanto o professor lia a lição de Anatomia. Ora, a Anatomia da época devendo particulares favores ao porco e ao macaco, acontecia que ao cadáver não correspondia regularmente o conteúdo da lição. Concluía-se que a Natureza tinha mudado.

passo consiste em evacuar da armadura teórica os *operadores de síntese* (cf. M. Foucault, *op. cit.*): tema, obra, livro — operadores que não são confundíveis com os conceitos sintéticos atrás referidos, e que fariam correr riscos ao pretender assumir a responsabilidade de uma unificação para a qual não tem competência. Pelo contrário, é da dispersão que se deve partir, construindo depois as unidades discursivas fundamentais.

Por exemplo, entre um Broussais e um Janet há mais hiato que continuidade, sendo impossível pensar como unidos, *a priori*, os seus pensares, numa categoria geral como Psopatologia, Psiquiatria ou Medicina. Ora, tradicionalmente, postula-se sem mais a sua comum inserção num mesmo campo global. Mais legítimo será, à partida, afirmar a diferença, mesmo que, mais tarde, se venha a descobrir uma hipotética identidade de campo.

Como conceber então esta identidade? M. Foucault, entre outros, sugere-nos que se possa falar de unicidade de campo de cada vez que for possível descrever, entre um certo número de enunciados, um mesmo sistema de dispersão: no caso de, entre os objectos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas «temáticas», se poder definir uma relativa regularidade.

2) Os objectos do Saber

Foi acima afirmado que não é suficiente olhar para ver: os objectos do saber são produtos. Estes produtos, como quaisquer outros, são determinados, na sua estrutura e significação, pelos *meios de produção utilizados*: pelo seu sistema de produção.

Quais as componentes de tal sistema? Como determinar a especificidade de tal ou tal produto científico? Como analisar, em suma, o seu processo de formação?

Mais uma vez, é a *Arqueologia do Saber* que nos fornece as mais lúcidas respostas.

— O primeiro passo a dar consiste em determinar as *superfícies de emergência* dos objectos dos discursos. Superfícies que são a sociedade global, os grupos sociais, as instituições, a família, etc. Considerando, a título de exemplo, o objecto «doença mental», é evidente que é a nível dos agentes sociais reais que se delimita *em primeira aproximação* o «normal» e o «aberrante», o «integrado/assimilado» e o «desviante». São as várias formas e forças sociais que fornecem um código onde o aberrante se manifesta — aberrante que é tanto mais necessário quanto é, provavelmente, condição de estrutura, coerência e significação dos próprios grupos sociais⁽⁷⁾.

As «superfícies de emergência» fornecem portanto a *matéria-prima* ou matéria bruta sobre a qual os discursos vão exercer o seu funcionamento.

— Porém, há que reconhecer que estas superfícies não vão além do universo do *possível*. Nem todos os possíveis são actualizados no Discurso. Pelo contrário, são delimitados por instâncias sociais «responsáveis» (idóneas, etc.), capazes de suportar o peso de *uma tradição e de uma cultura*. Instâncias responsáveis (idóneas, etc.) que são portanto *instâncias de delimitação*. Exemplos: a Medicina (nem todo o Mal é doença, etc.), Penalidade (responsabilidade do criminoso/irresponsabilidade do louco), Religião (posseção, pecado, castigo), etc.

O «aberrante» não é pois imediatamente «anormal»: entre um e outro inscreve-se um vasto trabalho de delimitação.

(7) Uma história da «aberração» está por fazer; mas é sabido, de qualquer forma, por exemplo, que a criminalidade só foi parcialmente associada à loucura ou à degenerescência a partir do momento em que um Código Penal rigoroso foi elaborado, momento em que a sociedade burguesa invadiu e foi invadida pela penalidade; da mesma maneira, seria demonstrável que as «perturbações sexuais», a «psychopathia sexualis» só se tornou possível como tradução sábia da diferenciação social entre «sexualidade sã» e «sexualidade aberrante», etc.

— Mantendo-nos no mesmo campo, devemos acrescentar que o «anormal» é pouco ainda.

Ele próprio deve ser especificado. Como? Pelas suas divisões, pelas suas *diferenciações internas*. Tornar-se-á então necessário estudar as *grelhas de diferenciação* utilizadas. Estas grelhas correspondem a «pontos de vista», a «técnicas de observação» que, variando, constroem objectos diferentes — tão «reais» uns quanto outros, pois do real só se vê o que a grelha utilizada permite ver. Os debates corpo/espírito, organicismo/psicogeneticismo, com as suas correspondentes categorias de espacialidade e temporalidade são, em parte, disto um bom exemplo: se o debate prossegue ao longo dos séculos é porque existem filtros perceptivos diversos, de tal forma que o visível de uns é pura imaginação, para outros.

3) Parece porém este conjunto de superfícies de emergência, de instâncias de delimitação, de grelhas de diferenciação, um corpo desunido. Põe-se portanto a questão de saber o que unifica o seu funcionamento. Pode-se talvez responder evocando a cadeia institucional que o Saber percorre e que o percorre. É que há uma espécie de *aparelho do conhecimento*, um aquém do Saber que dele é condição, e que está, em pleno, em jogo no sistema que determina a especificidade do Discurso. Assim, por exemplo, o *familiarismo* da compreensão psiquiátrica e psicopatológica não corresponde a uma evidência da natureza, mas traduz o facto, entre outros, de se ter constituído uma homologia estrutural entre o próprio aparelho familiar na sua versão dominante, o aparelho escolar nas suas modalidades tradicionais de funcionamento, e o aparelho psiquiátrico nas suas manifestações asilares e derivados.

As relações entre os diversos aparelhos institucionais da sociedade asseguram uma mediação entre as várias instâncias de con-

trola e de auto-regulação, e apontam para uma modalidade marcadamente dialéctica de compreensão das especificidades e modos de formação dos discursos. De facto, esta modalidade de compreensão não é unidireccional. *As superfícies de emergência são sensíveis aos objectos-ideias produzidos, e tendem a ajustar-se também às formas de codifiabilidade propostas pelas instituições e discursos dominantes*; quer dizer, há também acção constitutiva das instituições-discursos sobre as superfícies de emergência dos seus próprios objectos. Não é, por exemplo, absurdo ver nos fenómenos de histero-cultura processos deste género.

F) Os discursos não se reduzem aos seus objectos nem à sua «sintaxe». Eles são ainda «modos de falar», «maneiras de dizer», processos de raciocinar, e deles fazem parte tanto os conhecimentos que veiculam como as *analogias* e *metáforas* que utilizam. Todos os discursos manifestam várias formas de enfrentar (e constituir) o seu objecto. Ainda no domínio da Psicopatologia e da Psicologia clínica, ou da Psiquiatria: descrição de qualidades, detecção de sinais, análises experimentais, investigações biológicas, interpretações «morais», etc., não são, decerto, formas diferentes mais igualmente possíveis de falar do *mesmo* objecto, mas processos diferenciados de construir *objectos diferentes*.

Existindo vários modos de enunciação, ligados a objectos diversos, põe-se o problema não só do «regime de sua existência», mas também o da sua *possibilidade*.

Claro que a possibilidade dos vários modos de enunciação pode ser determinada pela própria cadeia de superfícies de emergência-instâncias de delimitação-grelhas de diferenciação-corpos institucionais. Alguma coisa porém sobrarão: é que os vários registos discursivos são também, provavelmente, tornados possíveis por algumas particularida-

des do próprio objecto do conhecimento. Será então necessário — invertendo uma afirmação de M. Foucault — *interrogar a linguagem na direcção para que reenvia e não só na dimensão que a dá*. O que aponta para uma última dimensão da análise dos discursos: a *dimensão semântica*, que institui o conteúdo e coloca o conhecimento ao seu nível trans-linguístico (A. Schaft).

O estudo do modo de constituição de um Saber exige portanto também a *abordagem dos modos de correspondência entre o mundo dos discursos e o mundo dos objectos*, pondo-se, por isso, igualmente, a questão de saber, a cada momento, o que fazem os discursos aos *seres reais* que transformou em seus objectos. E é aqui que se exerce, com toda a amplitude, a *função crítica* de qualquer reflexão sobre o Saber.

Mais do que ao nível da análise das coerências internas e das correspondências entre os vários elementos de uma arquitectura conceptual, é no campo da *acção real* dos conceitos que se torna inevitável tomar posição. E esta tomada de posição não expressa, sem dúvida, mais do que a incursão do Político no terreno reflexivo, a irrupção da praxis social real no campo da Filosofia e da Ciência. *Referência política que é referência antropológica, pois, em última instância, a grande questão que se levanta é a de reconhecer se (e como) as diversas formas de Saber são modalidades de domesticação do Homem ou processos de auto-apropriação do seu próprio real e, nessa medida, momentos do evoluir para uma maior Liberdade*.

RÉSUMÉ

En affirmant la vocation historique d'une épistémologie des «Sciences humaines», l'auteur s'interroge sur les conditions de ri-

guer d'un tel abordage. Après avoir passé en revue quelques-uns de principes fondamentaux de rationalisme appliquée et de l'archéologie de savoir, il soutient la nécessité d'une dimension sémantique dans l'analyse des Discours, et la nécessité, également, de considerer, dans cette analyse, les actes reels que, à partir des Savoirs, on vient à infliger aux acteurs sociaux reels, aux individus, etc. Il y voit l'inévitable présence d'un referentiel politico-anthropologique.

BIBLIOGRAFIA

- A. BABIOU — *Le Concept de Modèle*, Paris, Maspero.
- DÉSCARTS — *Discours de la Méthode*, Paris, 10/18.
- G. CANGUILHEM — *Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences*, Paris, Vrin.
- G. GANGLHEM — *Sur une Épistémologie Concordataire*, in *Hommage*, à G. Bachelard, Paris, PUF.
- GASTON BACHELARD — *Le Nouvel Esprit Scientifique*, Paris, PUF.
- H. LEFÉBVRE — *Manifeste Differentialiste*, Paris, Gallimard.
- H. LEFÉBVRE — *Position: Contre les Technocrates*, Paris, Gonthier.
- J. GABEL — *La Reification* (Univ. Paris — retornado in: *La Fausse Conscience*, Paris, Minuit.
- J. P. SARTRE — *Esquisse d'une Théorie des Émotions*, Paris, Hermann.
- L. ALTHUSSER — *Lire le Capital I*, Paris, Maspero.
- M. FOUCAULT — *Archeologie du Savoir*, Paris, Gallimard.
- M. FOUCAULT — *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*, Paris, Gallimard.
- M. GODELIN — *Rationalité et Irrationalité en Economie*, I, II, Paris, Maspero.
- P. BOURDIEU, PASSERON, CHAMBAREDON — *Le Métier de Sociologue*, Paris, Mouton.

assine

ANALISE PSICOLÓGICA

Envie-nos o seu pedido de assinatura, acompanhado de um cheque ou vale de correio (600\$00 — normal, 700\$00 — instituições) emitido em nome do

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

Av. Marquês de Tomar, 33-4.ª-Esq.
— Lisboa

Envie-nos as suas sugestões e críticas. Participe na produção desta Revista.